Digitalizada Enviada 11/05/17

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)

CT-RN: CÂMARA TÉCNICA DE CONSERVAÇÃO E PROTEÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS
Ata da 74.ª Reunião Ordinária - 08/03/2017 - 9 h
ACE - Associação Comercial - Holambra/SP

Membros presentes	
Entidade	**Representante**
AESABESP	Antonio Aparecido Zampronio (T)
ASSEMAE	Amanda Alves de Lima (T)
	Natália de Freitas Colesanti Perlette (S)
SAA e CATI	Henrique Bellinaso (T)
CDA/SAA	Oswaldo Julio Vischi Filho (T)
CETESB	Denise Dedini (T)
CODEN	Jaqueline Carraro Socci (S)
Cooperativas de Holambra	Geraldo Eysink (T) Petrus Bartholomeus Weel (S)
DAE Jundiaí	Cláudia Debroi de Campos (S)
	Maria Carolina H. D. e Simões (T)
DAE SB´Oeste	Mônica Tortelli (T)
Geobluebr	Danilo Leme de Souza (S)
INEVAT	Claudia Grabher (T)
	Francisco Antonio Moschini (S)
Instituto Zootecnia	João José A. de Abreu Demarchi (T)
Odebrecht Ambiental Limeira	Sthefany Kuhl (S)
P.M. de Americana	Oscar Oliara Aranha (T)
P.M. de Itatiba	Mônica Del Nero (T)
P.M. de Itupeva	Márcia Sumagawa Oku (T)
P.M. de Jaguariúna	Aline Granghelli (T)
P.M. de Joanópolis	Mbatuya Medina (T)
P.M. de Salto	Carlos Henrique Russafa Miguel (T)
P.M. de Sumaré	Alan Lourenção (T)
	Habib Jorge Goraieb (S)
PUC Campinas	Luiza Ishikawa Ferreira (T)
SANASA	Natália de Freitas Colesanti Perlette (T)
	Amanda Alves de Lima (S)
SMA/CBRN	Natália Gomes Fernandes Branco (T)

Convidados	
Entidade	**Representante**
Agência PCJ	Leonardo L. Baumgratz
Condomínio Marambaia	Jean Carlo Simaroli
COMDEMA Holambra	Maria Aurora Gordeeff
COMSEMA Elo Ambiental	José Roberto Piccolo
HC2	Thiago de Souza Lobato
	Juliana A. de Lima
	Wanderlei Bello Machado
P. M. de Itatiba	Jezabel Azevedo
P. M. de Iupeva	Anselmo Poli
SMA Itupeva	José Luis Dias
P. M. de Limeira	Raquel Schimidt
P. M. de Limeira	Meire Menezes Bassan
	Gabriela Alves Ribeiro
SMA Holambra	Bruna L. G. Campagnucci
	Patrícia da Fonseca

(T) - Titular (S) - Suplente (R) - Representante

1. Pauta: A pauta, a ATA e a convocação da reunião foram enviadas aos presentes por meio de mensagem eletrônica previamente à realização da reunião para apreciação de todos os membros. **2. Abertura da 74ª Reunião Ordinária:** A abertura da reunião foi realizada às 9:20 h pela Sra. Cláudia Grabher (INEVAT), coordenadora da CT-RN, dando boas vindas a todos os presentes e agradecendo a disponibilidade de realização da reunião no espaço da Associação Comercial e Empresarial de Holambra e em seguida passou a palavra a Sra. Suzi Celegati, Gerente Executiva da ACE (www.aceholambra.com.br), que deu boas vindas a todos os presentes e fez um breve relato sobre as atividades da associação que já havia completado 26 anos de existência. O Sr. Geraldo (Cooperativas Holambra) entregou rosas para a coordenadora em nome de todas as mulheres presentes como homenagem ao dia Internacional da Mulher, dizendo que no final da reunião todas as demais receberiam o seu buquê. A Srta. Natália Branco (SMA/CBRN) aproveitou a oportunidade para distribuir um manifesto corrigindo a data para o Dia Internacional de Luta das Mulheres, relembrando triste episódio ocorrido em Campinas (feminicídio) e salientando as diferenças ainda existentes entre os gêneros. A Sra. Cláudia pediu para que todos fizessem uma breve apresentação antes do início formal da reunião. **3. Aprovação da Ata da Reunião Ordinária anterior (73ª):** O secretário João Demarchi perguntou sobre eventuais correções a serem feitas na ATA da reunião ordinária anterior (73ª). O senhor Osvaldo (CDA) fez algumas sugestões que foram acatadas, sendo então a ATA aprovada. A indicação do Sr. Willy Werner Grasmann Bóbbo como representante titular da OSCIP IPSA Corumbataí feita pelo seu presidente Waldemar Bóbbo foi aceita e aprovada. O Secretário de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente de Limeira, Sr. Paulo Trigo Ferreira, solicitou a substituição da membro suplente Sra. Michele Stradiotto pela Srta. Raquel Schimidt, que também foi aceita e aprovada por todos os membros presentes. As Sras. Rosângela A. Martins Nogueira Grigolleto e Maria Doralice Prebianqui, servidoras da Prefeitura Municipal de Vinhedo (SEMAURB) foram orientadas a solicitar a inclusão formal dos seus nomes como membros titular e suplente através dos documentos exigidos pela Secretaria Executiva dos Comitês PCJ em função da solicitação ter sido feita apenas por e-mail. O Secretário relembrou que foram enviados os arquivos referentes à

audiência pública do Sistema Cantareira e da importância da participação de todos. Acordado entre os membros presentes a realização de uma reunião extra (75ª) da CT-RN no dia 10 de maio de 2017 para que sejam tratados os assuntos referentes a constituição da nova coordenação da CT-RN para o biênio 2017/19, balanço das atividades realizadas pela atual coordenação, incluindo apresentação do Relatório da II Workshop de Áreas Protegidas e o início da discussão de um novo Plano de Trabalho para a futura coordenação (sugestões). Foi sugerido pelo secretário que as reuniões da CT-RN fossem mensais e na mesma semana da CT-Rural para facilitar eventuais reuniões conjuntas. Esse assunto deve ser novamente discutido na próxima reunião, pois não houve consenso. **4. Indicações de Temas para o IV Workshop de Águas Subterrâneas:** Os tópicos acordados foram: (4.1) Henrique e Denise: Efeitos da mineração de argila para cerâmica sobre as águas subterrâneas. A mineração de areia também pode ser considerada nesta análise; (4.2) Geraldo: Visão geral da situação e da qualidade / quantidade das águas subterrâneas. Se contaminadas ou não, em qual grau de contaminação e quais ações existem de recuperação. Postos de Combustíveis e uso de agrotóxicos pela agropecuária podem ser fatores importantes de contaminação; (4.3) Denise: Formação de nitrato em fertirrigação de cana-de-açúcar com vinhaça. Proposta e trabalhos realizados pela CETESB / IPT / IG e UNESP - Rio Claro; (4.4) Cláudia: Contrapartidas dos Comitês PCJ que não está no uso de abastecimento público quando do uso de águas subterrâneas; (4.5) Denise: A ideia seria discutir a influência da atividade de mineração, desenvolvida pelo método de escavação, em área de contribuição ou recarga hídrica de nascentes. Não houve sugestão de palestrante, pois a Sra. Denise não encontrou ninguém trabalhando com este tema especificamente. Talvez o grupo da CT-AS possa entrar em contato com o departamento de Geociências da UNESP ou UNICAMP. **5. Palestra: Palestrante Denise Dedini (CETESB).** A Sra. Denise (CETESB) fez uma apresentação aos membros da Câmara Técnica sobre a Mineração e os Resíduos dessa atividade no âmbito dos Comitês PCJ, discorrendo sobre o fato de que não há aprofundamento sobre o assunto mineração e resíduos dessa atividade. Salientou que as áreas de contribuição para as nascentes sofrem muitos danos com as escavações e que a nova Lei Florestal não mais protege essa área e as nascentes intermitentes. Portanto, há possibilidade de o Método de Escavação provocar interferência em recursos hídricos, seja pelo rebaixamento de lençol freático necessário à exploração e mineração, como também pela alteração do regime hídrico de nascentes adjacentes à área de influência direta. Na Bacia do Rio Corumbataí há extração de argila refratária para cerâmica que são profundas e outras para tijolos que são mais superficiais. Também há as de exploração de areia e brita (basalto ou diabásio). Comentou que na mineração há o "decapeamento" e que quanto mais restrito for menor a renovação do solo. O desmonte pode ser hidráulico, mecânico, com o uso de explosivos, escavação e dragagem. Onde há exploração de água também não estão disponíveis informações sobre o impacto da mineração na qualidade dessa água e do restante dos estoques. Principais dúvidas durante o Licenciamento: Interrupção da contribuição hídrica com redução ou extinção da vazão da nascente. Desvio das águas para dentro da cava e utilização destas para umectação de vias em outras áreas fora do empreendimento. Falta de procedimentos internos na CETESB para estes casos. Necessidade de manifestação prévia do órgão responsável pela gestão de Recursos Hídricos - DAEE. A extração por escavação pode ser comparada a um grande processo erosivo. Não há um modelo ou projeto de recuperação das áreas degradadas que considere os impactos sobre os RH. Principais dúvidas após a operação: Quais seriam os estudos mínimos necessários para a devida avaliação técnica e prevenção de danos ambientais às nascentes e cursos d'água? As intervenções representam perdas significativas para a área da bacia? Quais parâmetros devem ser monitorados ao longo da vida da cava? O que deve ser feito ao final da vida útil da cava para minimizar estes efeitos? Não seria viável utilizar a Norma DNPM 231/98 como base para um novo procedimento destinado à proteção hídrica das nascentes? Depois da exploração também há pouca discussão sobre transformar as escavações em grandes reservatórios ou se devemos aterrá-los. Qual o cenário futuro? Preocupante segundo a palestrante! A palestra foi disponibilizada por e-mail para todos os membros da câmara técnica. O Sr. Geraldo (Cooperativas de Holambra / SUPREMA) comentou sobre a existência de estudos da CETESB sobre a reabilitação de cavas que devem ser resgatados. **6. Manual de Procedimentos para participação da CT-RN no GT-Empreendimentos:** A CT-RN tem dentro do seu plano de trabalho a participação da sua coordenação no GT-Empreendimentos e segundo a coordenadora Sra. Cláudia Grabher é necessário que seja criado um Manual de Procedimentos para auxiliar na avaliação dos projetos que são apresentados sob a ótica de interesse da conservação e proteção dos recursos naturais. Sugere-se que dentro do Plano de Trabalho da próxima coordenação seja criado um GT para discussão do assunto e proposição de um modelo. Precisa haver mais comunicação sobre os empreendimentos avaliados e das considerações feitas para o plenário da câmara. **7. Palestra: Resolução SMA 07/2017 "Critérios e Parâmetros para Compensação Ambiental de áreas objeto de pedido de autorização para supressão de**

vegetação nativa, corte de árvores isoladas e para intervenção em APPs no Estado de SP. Palestrante: Carolina Kors Tibério (Especialista Ambiental da SMA): O Programa tem como objetivos a preservação dos recursos hídricos e a biodiversidade, otimizando e direcionando os recursos públicos e privados. A região abrangida pelos Comitês PCJ é classificada como crítica em função da expansão urbana, tornando as compensações mais exigentes e restritas as essas mesmas áreas. Em contrapartida supressões em outras bacias menos críticas podem ser direcionadas para as mais críticas como as do PCJ e do Alto Tietê. A restauração deverá seguir os parâmetros da Resolução SMA nº 32/ 2014 para instalação, manutenção e monitoramento. Os indicadores de resultado são a cobertura do solo com vegetação nativa, densidade de indivíduos nativos regenerantes e número de espécies nativas regenerantes. Há um acompanhamento dos projetos em andamento (SARE) e um Banco de Áreas e uma Prateleira de Projetos, onde projetos pré-aprovados de restauração ficam disponíveis para serem contratados por empresas com obrigação ambiental. A palestra também foi disponibilizada por e-mail para todos os membros da CT-RN. O Sr. Petrus sugeriu que esta palestra seja repetida para a CT-Rural e o GT-Mananciais. Comentado também sobre o desmonte e a extinção da Coordenadoria de Educação Ambiental da Secretaria de Meio Ambiente, na contramão das demandas da sociedade. **8. Outorga do Sistema Cantareira:** A Sra. Cláudia Campos (DAE Jundiaí) comentou que outorgas não tem condicionantes, mas Licenças Ambientais sim. O Programa Nascentes deveria ser direcionado para as cabeceiras do Sistema Cantareira. O coordenador adjunto Sr. Henrique disse que há bases legais mais amplas que garantem essa compensação mesmo que não esteja ligada diretamente a outorga. O Sr. Francisco (INEVAT) disse que precisa haver mais união entre os municípios. Os Comitês PCJ deveriam exigir essa compensação! **9. Encerramento:** sem mais assuntos a tratar, a coordenadora da CT-RN, Cláudia Grabher, encerrou a reunião às 13h agradecendo a presença e participação de todos, em nome do Coordenador Adjunto Henrique (CATI/SAA) e do secretário João Demarchi (IZ/APTA/SAA).

Henrique Bellinaso
Coordenador adjunto da CT-RN

João José Assumpção de Abreu Demarchi
Secretário da CT-RN

Cláudia Grabher
Coordenadora da CT-RN